

A metrópole brasileira: origens e perspectivas

*Sylvio dos Santos Val**

RESUMO: Este artigo aborda da evolução histórica da urbanização brasileira a partir das suas heranças históricas, destacando as realidades de poder e econômicas interferentes, com uma reflexão para o futuro.

Palavras-chave: *Cidades; Brasil; urbanização; história; evolução.*

ABSTRACT: This article it approach the historical evolution of Brazilian urbanization after its historical heritages put on release power and economics issues for future.

Keywords: *Cities; Brazil; urbanization; history; evolution.*

Introdução

Qual é cidade ideal? Qual o futuro das cidades? Essas questões animaram a II Conferência Internacional de Cidades Inovadoras (CICI2011) que se realizou entre 17 e 20 de maio, no Cietep (Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores do Paraná), em Curitiba e que congregou organizações civis e de governos de cidades do Brasil e exterior. Além da continuidade das discussões já travadas em 2010, este ano os temas centrais foram às cidades ideais para o futuro: cidades digitais; cidades educadoras; cidades empreendedoras; cidades geradoras de energia limpa; e cidades inteligentes.

Cada um desses temas parte de um princípio novo, mas ao mesmo recorrente, como se a história se refizesse em ciclos: a cidade, o meio urbano, se torna, mais uma vez o centro de um novo processo reorganização não apenas de uma sociedade mas, quem sabe, da sua ordem de poder. A partir desse contexto geral, faremos aqui considerações sobre a evolução das cidades brasileiras, nas suas peculiaridades e continuidades em relação ao fenômeno da sua urbanidade.

Cidades: origem do gênero

A cidade brasileira tem sua origem no modelo adaptado da cidade europeia portuguesa, que por sua vez decorre do encontro histórico da idade média com a modernidade do primeiro Estado Nacional da Europa. O conflito gerado pelas invasões, o colapso comercial e a reduzida produtividade agrícola por parte da população urbana do Império Romano do Ocidente fez com que a vasta maioria dos habitantes destas áreas urbanas gradualmente migrassem para o campo, mais exatamente em direção as

* Professor de História e Geografia, mestre e doutorando em Ciência Política, UFF.

latifundios romanos e depois, aos seus sucessores, os feudos, que ofereciam proteção. Invasões islâmicas posteriores continuaram a afetar o comércio entre áreas rurais e urbanas.

Devido a estes fatores, a população das cidades europeias gradualmente caiu. As cidades europeias da Idade Média mudaram muito em relação às cidades do Império Romano da antiguidade. Eram geralmente muito menores que as cidades romanas, não possuindo mais do que 1 km². Na média, uma cidade medieval típica tinha entre 250 a 500 habitantes. Ao final do século V, a população de Roma havia caído de um milhão para meros 40 mil habitantes. Mesmo as maiores e mais importantes cidades da época geralmente não possuíam mais do que 50 mil habitantes, até o século X.

Até meados do século XV, a maioria da população urbana europeia viveria dentro de muralhas. Avanços na tecnologia militar (armas de assalto, canhões) tornariam muralhas obsoletas do ponto de vista das cidades. Muralhas e/ou bairros possuindo passagens estreitas foram demolidas e surgiram os *boulevards* espaçosos. A acumulação de fundos financeiros pela elite cidadina também possibilitou a criação de grandiosos palácios que não possuíam mais a estrutura de fortalezas, além de outras estruturas em várias cidades. Em 1500, cerca de 12 cidades na Europa possuíam mais de 50 mil habitantes. Em outros continentes, algumas cidades eram maiores. Por comparação, as chinesas Hangzhou e Shangzhou, tinham respectivamente 320 e 250 mil habitantes. A capital asteca Tenochtitlán tinha uma população estimada entre 60 a 130 mil habitantes distribuídos em 8 km².

A arquitetura básica das cidades ainda seria delimitada pela presença da igreja católica. Uma igreja no centro, geralmente a estrutura mais alta e cara da cidade, de estilo gótico, e edifícios governamentais e as casas da elite; a classe pobre, próximos às muralhas. Conforme o crescimento dos séculos XIV e XVI, as muralhas limitavam o espaço das cidades. Prédios de três a seis andares passaram a ser construídos para resolver o problema da falta de espaço. Quando a população da cidade crescia, a alta densidade populacional tornava-se um grave problema. Algumas cidades resolveram este problema por meio da expansão das muralhas, demolindo e reconstruindo. Outras simplesmente deixavam as muralhas de pé e construía novas cidades nas proximidades.

Grandes cidades (Veneza, Florença, Paris, Londres, Haia, Antuérpia, Amsterdã) atraíam inúmeros tipos humanos que se alocavam juntos formando um bairro de mesmo grupo étnico. Vários destes bairros eram cidades em miniatura, com seus

próprios mercados, reservatórios de água e igrejas ou sinagogas. Isto limitou conflitos entre pessoas de diferentes etnias e religiões, porém também limitando a difusão cultural. Alguns bairros que abrigavam minorias bem definidas, como judeus, eram chamados guetos.

A ampliação das cidades, mais qualitativa que quantitativa, ensejou mudanças políticas consideráveis, sendo o campo fértil para luta da classe ascendente. Com o crescimento populacional e do comércio, a burguesia destas cidades começou a ressentir do forte controle dos senhores feudais. Em algumas cidades, as lutas foram bem-sucedidas (Milão, Florença, Veneza) com a introdução do voto e da *cidadania* (direito político ao cidadão de nascimento); ou Londres que se tornou uma *comuna* (autogoverno e capacidade de cobrar seus próprios impostos) sob a dinastia dos Plantagenetas. As cidades continuaram a possuir um alto grau de independência, e cidadãos criavam leis e apontavam seus oficiais.

Essa difusão da autoridade acabou funcionando contra a autonomia das cidades frente a complexidade dos conflitos de autoridade e as necessidades da integração do comércio e dos territórios engendradas por certos reis medievais ou nobrezas feudais mais expansionistas. Os governos dos reinos da Europa Ocidental passaram a gradualmente a se solidificar em torno do chefe de estado, o Rei. A autonomia destas cidades declinou, e mesmo a importância de grades cidades-estados italianas.

A colonização em geral, e a do Brasil em particular, trouxe, portanto, elementos de tensão e agregação carregados nos modelos urbanos à disposição. Passaremos a este exame em seguida.

A cidade colonial

As cidades europeias – e a vida urbana destas cidades – pouco se havia mudado com a chegada do Renascimento e o eclodir da modernidade dos Estados Nacionais, onde eles se estabeleceram. A sociedade colonial vai em certos casos se distanciar ou aproximar dos ditames do modelo colonialista, mercantil e dependente da metrópole.

A América portuguesa, leia-se Brasil, criou ambientes urbanos dependentes do fluxo comercial exportador e da realidade agrária. Como afirma SANTOS (1993:17)

“(…) O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no

campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial”.

Nos dois primeiros séculos, os principais centros urbanos são litorâneos e nordestinos; a excessão meridional do Rio de Janeiro, cidade fortaleza, ponto estratégico de ligação com o sul.

Com a descoberta do ouro no interior da província de Minas Gerais, a exploração do interior pelas drogas do sertão, as missões jesuítas e caça aos índios pelos colonos o eixo urbano se deslocou momentaneamente, inclusive com a perda gradual do prestígio de Salvador que deixaria sua posição de capirtal para Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, principal ponto de escoamento da produção aurífera e importação da colônia, em 1763. Entretanto, as cidades de Salvador e Recife, emancipada de Olinda após a Guerra dos Mascates, continuariam a ter um peso populacional e para o comércio Atlântico superior ao Rio de Janeiro.

Num determinado momento, “entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda, e São Paulo”. Ao mesmo tempo o padrão se repete com o século XVIII “que a urbanização se desenvolve e ‘a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moeda da cana”. (SANTOS, *idem*:18-19). O aspecto urbano das principais cidades coloniais portuguesas se assemelha a cidade européia, com igrejas, praças centrais, concentrando os prédios e as habitações mais importantes, e as fortalezas nas partes altas; os caminhos retos e largos que levam até o porto. Em Salvador, a elite se aglomera na parte alta onde a proteção é melhor, e a parte baixa fica para o resto da população; no Rio de Janeiro ocorre ao contrário, sendo que apenas uma pequena parte se desloca para o interior da cidade; em Recife, o rio principal é o divisor de águas, deixando a margem esquerda até ao estuário parte mais “nobre” da cidade, o que repete até os dias presentes.

As cidades do interior repetem os modelos das vilas centrais, com a igreja, a praça e o cemitério, e a população deslocada para a área de cultivo; no centro “urbano” algumas profissões mais especializadas, como os pontos de comércio, um misto de vendas de viveres e bares. A excessão foram as cidades da Vila Rica das regiões mineiras. Estas adquiriram, sobre o desenho medieval, uma complexa ocupação, com espaços bem construídos e urbanizados, sem fortalezas mas dispendo de guarnições

armadas e alta burocracia fiscal. É claro que esse quadro se deteriorou com o esgotamento das minas no final século XVIII.

A América Colonial espanhola vai apresentar um contraste interessante, que refletira a própria dinâmica de poder dentro das colônias.

A colonização espanhola caminhou nos primeiros anos com a mesma dificuldade da portuguesa, arrastando-se pelo litoral mas sem uma estratégia definida para a ocupação. A descoberta das minas de ouro e prata ensejou uma expansão híbrida, tanto no interior como no litoral. O crescimento da regiões auríferas, principalmente o Potosi, provocou uma expansão populacional e com ela de atividades de abastecimento como gado e grãos, que passaram a ser cultivados próximos às áreas de consumo. O litoral se dedicava ao comércio internacional e a estrutura de controle. O reflexo nos espaços urbanos foi diferenciado.

As cidades litorâneas, continentais ou insulares, cresceram ao redor das fortificações. O escoamento de riquezas e a entrada de produtos fez crescer as cidades portuárias e sua periferia. Como a principal função dessas cidades era proteção e controle, o espaço urbano crescia reto, mas a administração e as habitações principais se distanciavam, com excessão da “morada del gobierno” que ficava na área litorânea. Isso porque, desde cedo, havia uma população permanente, nascida na colônia (crioulos), e uma sazonal, ao redor das necessidades da Coroa espanhola (chapetones).

A população do interior não encarava o centro urbano da mesma forma. Repetia-se o padrão medieval. Uma *plazza* central com a Igreja, a unidade militar (quando havia uma) e a estalagem que servia de hospedagem e bar e, dependendo da vila, comércio de local de produtos do litoral. A *plazza* era local das feiras ocasionais, muitas vezes de produção local (alimentos, utensílios). Quando as minas começaram a se esgotar no século XVII, a vida das cidades se alterou mas não houve mudança de eixo geográfico, e sim econômico e político.

As cidades do litoral continuaram responsáveis pela administração da autoridade e do comércio colonial. De fato a diversificação foi que a estrutura de impostos passou a recair mais sobre as importações, sob o monopólio metropolitano, do que as exportações. As taxações sobre a produção local e o comércio intercolonial, foram acompanhadas e uma estrutura ampliada de burocratas e forças armadas que eram muito custosas, pressionando as estruturas urbanas. As principais cidades litorâneas cresceram ao sabor da expansão da população, vegetativo ou por transferências de pessoas.

As cidades interioranas, ao contrário do Brasil, apresentaram tanto cidades maiores quanto vilas. Ambas dominadas por uma crescente tensão devido a alguns fatores. Uma camada de criollos denominados *dom* colonizaram o interior e se encarregaram de atividades ligadas ao abastecimento, mineração e domínio de amplos latifúndios para exportação ou não. As *haciendas* como eram conhecidas, tornaram-se verdadeiros pequenos estados, dominando amplos territórios que incluíam vilas a até cidades, com grande influência política informal.

A partir do século XIX, com a pressão metropolitana por impostos e o estresse das estruturas administrativas, obrigou a concessões aos colonos. Foi permitido que os criollos se tornassem *alcaldes* (tipo de prefeito) para que estes cobrassem impostos e planejassem a administração local (cabildos) assim como controle de milícias armadas locais. A cidade interiorana girava ao redor de uma oligarquia rural, ao redor da qual girava a população.

A independência da América Espanhola, capitaneada por essas oligarquias e seus aliados ingleses, o planejamento das cidades seguiu o modelo cultural herdado pelas oligarquias, de um centro garboso e bem distribuído e uma periferia pobre e deslocada do centro de poder.

Desloquemo-nos da América como um todo e examine-mos o Brasil.

O século XX e os rumos

A Revolução industrial e seus efeitos transformadores no espaço urbano não atingiram o Brasil antes do século XX.

Durante o período colonial, pelas regras da política mercantilista, não podiam ser desenvolvidas no Brasil quaisquer atividades produtivas que viessem competir com as da metrópole, ou que pudessem prejudicar seus interesses comerciais. No entanto, devido à distância de Portugal e, conseqüentemente, às dificuldades de abastecimento, uma pequena indústria doméstica desenvolveu-se na colônia, entregue aos escravos mais hábeis ou às mulheres (fiação, tecelagem, costura e pequenas forjas). Além dos artesãos, cresceram várias atividades manufatureiras nos centros urbanos: as olarias, caieiras para a preparação de cal, cerâmicas, curtumes, manufaturas têxteis e de ferro. Esse relativo desenvolvimento se deu mesmo com as proibições da Coroa que, em 1785, proibiu as manufaturas têxteis da colônia, com exceção dos panos grossos utilizados pelos escravos.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, o príncipe regente D. João criou algumas condições favoráveis ao crescimento industrial. Como exemplo, podemos citar a extinção da lei que proibia a instalação e o funcionamento de indústrias de tecidos e a liberdade de importação de matérias-primas necessárias às fábricas brasileiras, sem a obrigatoriedade de pagamento de taxas de importação.

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), surgem os primeiros esforços para a industrialização do Brasil. Empresários brasileiros, como Irineu Evangelista de Souza – o Visconde de Mauá – e grupos estrangeiros, principalmente ingleses, começam a investir em estradas de ferro, estaleiros, empresas de transporte urbano e gás, bancos e seguradoras. Favorecidas pelo investimento de parte das rendas do café e da borracha, as atividades industriais limitavam-se a marcenarias, tecelagens, chapelarias, serrarias, moinhos de trigo, fiações e fábricas de bebidas e conservas. Metalurgias e fundições eram raras.

A partir de 1885, o número de estabelecimentos industriais do país cresceu bastante. Paralelamente às indústrias de maior porte que se formavam no Brasil no fim do século XIX, havia muitas fábricas pequenas, que usavam um número reduzido de máquinas e de empregados.

As cidades adquiriram uma importância que nunca tiveram antes, enquanto lugar da crescente produção industrial e enquanto mercadoria, elas próprias, através de um mercado imobiliário crescentemente importante.

Um período importante do desenvolvimento industrial no Brasil ocorreu devido à reunião de dois fatores principais: a grande crise na cafeicultura (1929) e a Revolução de 1930. Esta crise na cafeicultura provocou não apenas a diversificação de produtos agrícolas plantados, mas também a transferência de capital para a indústria. Isto acarretará, a partir de 1930, um maior desenvolvimento industrial. Entre 1930 e 1939 fundaram-se 12.232 estabelecimentos industriais. Em 1940, já havia 49.418, empregando 781.185 operários. Porém, e seria assim até o pós Segunda Guerra Mundial “o peso das capitais no processo urbano e na população urbana sobrepõe, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. É nos estados em que a atividade extrativa é predominante que a parcela da população vivendo nas capitais é maior” (SANTOS, 1993:25).

Em 1946 entra em funcionamento a primeira grande indústria siderúrgica (produção de aço), a **Companhia Siderúrgica Nacional** – CSN – na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Com a produção do aço, surgirão novas

perspectivas para o desenvolvimento industrial brasileiro, pois se sabe que o aço constitui a base para vários ramos ou tipos de indústria. A **Petrobrás** é criada em 1953 e passa a deter o monopólio de pesquisa, extração e refino de petróleo.

Após 1950, o desenvolvimento industrial do Brasil foi realizado com grande participação do capital estrangeiro, principalmente durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Tem início a chamada “internacionalização da economia”, com a entrada de empresas **transnacionais** ou **multinacionais**, notadamente no setor automotivo. Estas transplantaram a tecnologia de suas matrizes e, além disso, criaram necessidades de consumo junto à população brasileira, tendo por base o modelo de vida de seu país de origem, introduzindo assim o modo de vida da **sociedade de consumo**.

Durante a ditadura militar-civil (1964-1985), houve uma intensa industrialização no Brasil. O modelo econômico adotado era dependente do capital estrangeiro o que provocou o aumento da dívida externa e concentração de renda. Em meados de 1970, a crise do petróleo e a alta internacional dos juros desaceleraram a expansão industrial. Com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país, na década de 1980, ao desequilíbrio da balança de pagamentos e ao descontrole da inflação. O país mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia seu crescimento econômico.

A metrópole

O século XIX assistiu ao crescimento lento e desigual das cidades litorâneas brasileiras, com os contrastes herdados do período colonial. O centro era local de habitação, principalmente no Rio de Janeiro, em áreas estreitas. São Paulo, mesmo com o esplendor do café, apenas começaria a crescer no século XX, e Belo Horizonte muito menos. Como afirma MARICATO (1995:18)

“A necessidade de se afirmar levou o Estado republicano a incentivar uma sucessão de reformas urbanísticas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre, reformas essas que se inspiraram no que o Barão de Haussmann fizera, alguns anos antes, em Paris.”

Esse desenvolvimento ocorreu, principalmente, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, definindo a grande concentração espacial de suas *urbis*, que se manifesta até os dias atuais. “Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%”. Como diria Hobsbawn (1979:13), “os povos se moveram” e seu local privilegiado foram cidades do centro-sul e seu agronegócio de entorno. Essas populações foram recebidas por um modelo sociopolítico excludente “reinventado” pela República. O autor continua (idem:18)

“Com os objetivos de eliminar os resquícios da sociedade escravista, erguer um cenário modernizante e consolidar o mercado imobiliário, as reformas urbanísticas expulsaram a “massa sobrança” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de um modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação.”

Principalmente o Rio de Janeiro, por ser capital do Império e depois Distrito Federal recebeu as maiores intervenções urbanas do alvorecer da República, e que foram gradualmente afastando a população do centro, para periferias próximas e as elevações. Vários serviços foram modernizados no período imperial (telefonía, luz a gás, bondes) mas muito localizados. A higiene pública sempre foi um problema. O mesmo ocorria em centros regionais como Curitiba e Porto Alegre.

A grande reforma veio com Pereira Passos em 1906, e as políticas de saneamento e vacinação de Oswald Cruz, com tensões e revoltas urbanas. A nova oligarquia desejava mostrar um capital européia, copiando a arquitetura francesa, meca da cultura ocidental. Amplos espaços de comércio, circulação e até lazer para as classes mais abastadas. Apesar do poder econômico estar em São Paulo em boa parte, sua arena de desfile era a capital Federal; e a Câmara dos Deputados, por exemplo, está ornada de cima a baixo com entalhes em formato de pés de café.

O governo Hermes da Fonseca ampliou o ciclo de deslocamento com os bairros operários pela expansão das vias férreas para ao subúrbio. Mas o centro e suas proximidades continuaram a galvanizar as habitações, inclusive com os bairros de classe média (Botafogo, Laranjeiras e Tijuca) nos anos 1920, e 1930.

A ditadura varguista redefiniu os espaços públicos, alojando a burocracia central em edifícios e conjuntos imponentes na capital federal e nas regionais. Em

particular no Rio de Janeiro, a imponente Avenida Brasil, que ligaria 27 bairros da cidade integrando periferia e centro; e a ampliação da tradicional prática dos aterros que teria seu desfecho máximo no aterro do Parque do Flamengo no governo Lacerda, na década dos 1960.

O ciclo de crescimento espacial e populacional incrementou a migração e a concentração nos centros industriais urbanos, estendendo as favelas no Rio de Janeiro, e os cortiços operários em São Paulo. Mas, enquanto as favelas nunca parariam de crescer, os cortiços foram gradualmente deslocados pelo dinamismo paulista, criando as periferias pobres e sem estruturas urbanas e legais adequadas.

Os primeiros registros organizados no Brasil apontam, em 1872, uma população total de 9 milhões de pessoas, das quais apenas 10% viviam em cidades. A população urbana permaneceu nesse patamar até a década de 1930. A partir da década de 1950, os números começam a mudar.

População urbana e rural do Brasil (em %)

Anos	Urbana	Rural
1950	36,2%	63,8%
1960	45,1%	54,9%
1970	56,0%	44,0%
1980	67,7%	32,3%
1991	75,5%	24,5%
2000	81,2%	18,8%
2009	79,7%	20,3%

Fonte: IBGE. Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2010

Note-se que são apresentados os dados de 1950 a 2009, dados estes que são um primeiro passo para diferenciar quantos vivem no campo (rural) ou na cidade (urbana). Comparando-os, nas linhas e colunas, podemos afirmar que o Brasil passou por uma urbanização intensa nas últimas décadas, num ritmo muito acentuado a partir dos anos 1950. Observe-se que, em 2009, quase de 80% da população brasileira viviam em cidades, em especial nas **metrópoles**. A redução no índice de 2009 é explicada pela ascendência de centros regionais em áreas rurais, principalmente devido ao agronegócio e as setores de exportação de commodities.

Ainda assim, demonstra que a urbanização brasileira vem ocorrendo de forma acelerada, comprimindo no tempo um processo que em outros países fez-se muito mais

lentamente. Os reflexos são imagens divisadas entre o discurso do “estado de direito” e a realidade do ritmo da sociedade capitalista típica dos trópicos, em especial do Brasil, ratificando a lógica comercial sobre o espaço. Essa metrópole que se forma, também é o espelho de uma ordem social excludente, que reproduz não apenas a sua ordem de poder, sua estética e morfologia, mas também as contradições latentes. É, mais uma vez, MARICATO (1995:12) a quem recorremos:

“O desconhecimento da cidade real pelas classes médias e dominantes da sociedade, é reforçado pelo seu confinamento a uma área de circulação restrita pelas ‘ilhas de primeiro mundo’. A concentração de infra-estrutura e equipamentos urbanos aliados ao mau funcionamento dos transportes públicos, vão determinar a ocupação densa da cidade hegemônica. Esses circuitos fornecem a ilusão de um espaço relativamente homogêneo, contando com comércio e serviços sofisticados. Não é apenas a estrutura administrativa municipal, os cadastros urbanos e o orçamento público que se organizam em função desse espaço restrito. Uma imprensa dedicada ao ‘estilo de vida’ aí existente reforça a idéia predominante que toma o global pela centralidade oficial”.

Acrescente-se que as inúmeras mudanças de rumos e políticas públicas – ou a ausência delas – criou um espaço caótico, com vias e sistemas de transporte mal planejados, mal distribuídos e mal cuidados; poluentes e destruidores de ecossistemas.

Ao mesmo tempo, a pujança e riqueza das cidades, em especial as metrópoles esta impondo redefinir os papéis territoriais e de autoridade política, e não apenas no Brasil.

Perspectivas

O processo de urbanização continuará no mundo, embora mais acelerado entre os países em desenvolvimento. Estima-se que a taxa de crescimento populacional em áreas urbanas até 2030 seja de 1,8% o ano, em contraste com o crescimento anual da população total estimado de 1% . Nos países em desenvolvimento, será de 2,4%, em contraste com 0,2% nas áreas urbanas. As áreas urbanas centrais em países tidos periféricos parece ser determinada pela combinação de migração rural e imigração.

Em contraste, um fenômeno paralelo em todo o mundo é a formação de núcleos urbanos comunicantes: as megacidades. Segundo algumas previsões, a situação das megacidades brasileiras em 2015 se apresentará da seguinte forma:

Área Metropolitana	População (milh.)	Área (Km2)	Participação Pib
São Paulo	20	4800	25%
Rio de Janeiro	15	2400	15%

Fonte: *Desafio das Megacidades* (Estudo GlobeScan e MRC McLean Hazel, Siemens, Hamburgo, 2007)

O fórum de Curitiba, um centro regional com a presença de representantes do Rio e São Paulo, lançou uma discussão sobre as cidades como entidades autônomas, que realizariam uma ruptura fundamental: ser capazes de gerar de forma autônoma seus recursos e a aplicação das riquezas colhidas em sua área territorial e de influência. Isto é, gerar programas e soluções apesar dos governos centrais ou mesmo das unidades federativas. É a volta das comunas medievais, ou das cidades-estado italianas?

Trata-se do reconhecimento de que, no espaço físico das cidades, elas arcam com estresses e obrigações maiores que sua autonomia decisória, apesar da sua presença na geração de recursos e capacidade real de gerar empregos e ocupações. Nesse caso, as unidades nacionais (países) e federativas (estados, províncias) se apresentam como obstáculos políticos a melhor gestão das cidades. Se há verdade ou não nessa avaliação, é fato o poder de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo geram mais recursos do que usufruem, considerando o PIB per capita percebido.

Ao mesmo tempo, os Estados centrais parecem ter dificuldades de retornar os recursos retirados para dar soluções aos problemas e contrastes que o crescimento acelerado e desordenado dos últimos sessenta anos. É cedo para afirmar se as cidades modernas, megacidades ou não, representaram uma ruptura na ordem territorial e política dos Estados industriais, até porque estes se constituem de forte monopólio da força (forças armadas), de legitimidade (constituição, leis) e controle administrativo (impostos, burocracia, investimentos), duplicando esta estrutura onde existem estados federados sobre as cidades. Entretanto, nenhuma sociedade do mundo é mais urbanizada do que a brasileira, e a cidadania *citadina* cada vez mais se configura numa realidade menos abstrata que a nacional, que se sustenta no discurso político por totemismos que ainda não foram colocados à prova, como a língua comum e o apego a certos mitos, como o esporte e o carnaval.

Referências bibliográficas

- BETHELL, L. (org.). *História da América Latina: a América Latina Colonial*, vol. 1. SP: Edusp, 1989.
- BRUNN, Williams & ZIEGLER (organizers). *Cities of the World: World Regional Urban Development*. London: Rowan&Littlefields Publisher, 2003.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. SP: Difel, 1990.
- FENELON, Dias Ribeiro (org.). *50 Textos de História do Brasil*. SP: HUCITEC, 1986.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 25ª ed. SP: Cia. Editora Nacional, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital*, 2ª. ed. RJ: Paz&Terra, 1979.
- KAPLAN, Marcos. *A Formação do Estado Nacional na América Latina*. RJ: Eldorado, 1974.
- MARICATO, Hermínia. *A Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. SP: Hucitec, 1996.
- NEEDEL Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. SP: Cia. das Letras, 1993.
- SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. SP: Hucitec, 1993.
- SIMELLI, Maria Elena. *GEOATLAS*. SP: Ática, 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. SP: Cia. das Letras, 1992.